



Orçamento de 2010 é aprovado

Oposição consegue acordo para reduzir o valor máximo de remanejamento de recursos do PAC sem autorização do Parlamento e para transformar todas as emendas de investimento do relator-geral em emendas de bancada

Página 3



LAYCER TOMAZ

Deputados divergem sobre resultados da conferência do clima em Copenhague

Maria Neves

A participação brasileira na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), encerrada na sexta-feira (18), dividiu a opinião de parlamentares que estiveram no encontro. Para o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, que propôs a representação da Câmara no evento, o Brasil perdeu a oportunidade de tornar-se liderança mundial na discussão do assunto.

Em sua opinião, isso ocorreu porque as metas apresentadas pelo País são "fictícias", impossíveis de se mensurar e verificar. "A meta apresentada pelo Brasil não tem um 'ano base'. Não se menciona se a redução nas emissões se refere ao que é emitido hoje, ao que era emitido em 2005, e muito menos às emissões de 1990", explicou. O Protocolo de Quioto prevê que as metas de redução devem ter como base 1990.

A proposta brasileira estipula uma redução variável entre 36,1% e 38,9% da emissão de gases de efeito estufa. No entanto, Mendes Thame afirmou que esse percentual foi definido em relação



Antonio Carlos Mendes Thame

à "tendência" - refere-se à previsão do que poderá ser emitido em 2020, se nada for feito para mudar a situação. "É uma espécie de 'pseudoliquidação', em que antes se majoram os preços, para em seguida dar o mais vistoso desconto", comparou.

Posição avançada - Já para o deputado **Colbert Martins (PMDB-BA)**, relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, "o Brasil apresentou uma posição muito avançada". O parlamentar argumentou que o País estabeleceu

uma meta ampla, prevista inclusive em lei. Em sua concepção, "isso significa que compromissos são cobráveis, o que nenhum outro país conseguiu, nem os europeus". Colbert Martins ressaltou ainda que o País conseguiu transformar em lei o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, além de já contar com o Fundo da Amazônia.

Outro integrante da comitiva brasileira em Copenhague, o deputado **Rodrigo**

Rocha Loures (PMDB-PR) considerou que, no evento, o Brasil "estabeleceu-se como a principal potência político-ambiental do século 21". Em sua opinião, essa transformação deveu-se ao fato de o País contar com política pública aprovada sobre mudanças climáticas; fontes de financiamento de longo prazo para suas ações; e ter colaborado "até o último momento" para a construção de um acordo entre os participantes da COP-15.

Colbert Martins atribui falta de acordo à atuação da China e dos EUA

O deputado Colbert Martins atribui o desfecho "decepcionante" da COP-15 à atuação dos Estados Unidos e da China. "Os dois países se uniram, e isso aconteceu um mês antes da conferência, quando o presidente [Barack] Obama visitou Pequim para destruir o sucesso da COP-15", sustentou.

Mendes Thame lembrou que os EUA, "cerceados pelo conservadorismo de seu Senado", apenas aventaram a hipótese de reduzir em 17% suas emissões, em relação a 2005. Na opinião do parlamentar, essa medida equivale a menos de 4% em comparação às emissões de 1990. "Menos que o previsto no Protocolo de Quioto", destacou.

Quanto aos resultados gerais da conferência, Mendes Thame considerou que "o fracasso foi absolutamente completo". O deputado ressaltou que os participantes não conseguiram chegar sequer a um texto político, que sirva de rumo para as negociações futuras, uma vez que a proposta final foi recusada pelo plenário. "Conseguiram zerar o jogo, o que significa um brutal retrocesso", avaliou. (MN)

Para Rocha Loures, forma de decisão da ONU contribuiu para fracasso da COP-15

Ao avaliar a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), o deputado **Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR)** atribuiu seu desfecho desfavorável ao mecanismo de decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), que exige aprovação por consenso do texto final, além de ratificação posterior individual de cada País.

"Nessa reunião, a ONU sepultou suas ilusões sobre a manutenção desse processo decisório. Ele não se sustenta mais, faliu", assegurou o parlamentar.

Para Rocha Loures, o novo mecanismo de decisão deve prever a busca de entendimento entre os 17

ou 19 países que mais poluem. O Brasil ocupa hoje a quarta posição entre os mais poluentes, basicamente devido ao desmatamento da Amazônia.

Otimismo - O deputado, no entanto, disse estar otimista quanto às próximas rodadas de negociações sobre mudanças climáticas. "As dificuldades serão superadas no México, não tenho a menor dúvida. Nos últimos 50 anos, nunca tantos chefes de Estado se reuniram sob o mesmo teto quanto em Copenhague. Isso demonstra a prioridade das mudanças do clima no mundo", considerou o parlamentar.

Ele explicou que, até fevereiro, os 193 países participantes da COP-15 devem enviar suas posições para a ONU. Esses pontos serão debatidos

em maio, em Bonn, na Alemanha, para serem tratados oficialmente no final do ano, no México.

Futuro incerto - Já para o deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o futuro das negociações é incerto, uma vez que o texto de Copenhague foi rejeitado.

"Espero que surjam iniciativas responsáveis de países ou estados subnacionais, como a Califórnia, em relação aos Estados Unidos, ou São Paulo, que avançou mais que o governo federal", disse.

Segundo o parlamentar, São Paulo adotou como meta reduzir em 20% a emissão de gases do efeito estufa até 2020, com relação a 2005. "Essa é uma meta impositiva, prevista em lei, e terá de ser cumprida", assegurou. (MN)



Rodrigo Rocha Loures

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Michel Temer (PMDB-SP)**

1º Vice-Presidente

Marco Maia (PT-RS)

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)

1º Secretário

Rafael Guerra (PSDB-MG)

2º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

3º Secretário

Odair Cunha (PT-MG)

4º Secretário

Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Suplentes

Marcelo Ortiz (PV-SP), Giovanni Queiroz (PDT-PA), Leandro Sampaio (PPS-RJ) e

Manoel Junior (PSB-PB)

Ouvidor Parlamentar

Mario Heringer (PDT-MG)

Procurador Parlamentar

Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor

Pedro Noleto

Editoras

Maria Clarice Dias

Renata Tórres

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

José Antonio Filho

Roselene Figueiredo

Ilustrador

Renato Palet

Editor de fotografia

Reinaldo Ferrigno

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF

jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1660 | **Distribuição - 3216-1826**

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Acordo de última hora permite votação do Orçamento para 2010

Eduardo Piovesan

Em acordo fechado na última meia hora antes do prazo final de votação do Orçamento de 2010, o Plenário do Congresso aprovou ontem a peça orçamentária do próximo ano no valor de R\$ 1,86 trilhão. Descontados os investimentos e as despesas com a dívida pública, serão cerca de R\$ 830 bilhões para os programas governamentais e transferências a estados e municípios. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Uma das mudanças negociadas pelo governo e pela oposição, no substitutivo do relator-geral, deputado **Magela (PT-DF)**, foi sobre o remanejamento de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em vez de o Executivo ser autorizado a transferir 30% de todos os recursos do PAC entre as obras, como constava do substitutivo, ele poderá agora mexer em 25% dos recursos de cada obra.

Segundo a oposição, isso limitará um possível uso eleitoral dos recursos do programa, que conta com cerca de R\$ 30 bilhões dos quase R\$ 152 bilhões orçados para o investimento público em 2010 (equivalente a 4,6% do PIB proje-



O acordo foi costurado no Plenário por Magela, relator-geral, pelo líder do governo na Comissão de Orçamento, Gilmar Machado, e por líderes da oposição, como Ronaldo Caiado

tado de R\$ 3,32 trilhões). Em 2009, o governo foi autorizado a gastar R\$ 27,9 bilhões no PAC.

Emendas de bancada - A segunda mudança acertada entre os líderes e Magela foi a transformação de todas as emendas de investimento do relator-geral em emendas de bancada. A distribuição

será feita proporcionalmente às emendas já contempladas antes do acordo.

Outras negociações fechadas ontem, ainda na discussão da matéria na Comissão Mista de Orçamento, viabilizaram recursos adicionais de R\$ 1,7 bilhão para o Programa de Garantia de Preços Mínimos e de R\$

2,2 bilhões para ações de média e alta complexidade em saúde.

O programa de garantia tem o objetivo de assegurar os custos de produção de setores produtivos e, assim, não comprometer a renda familiar em caso de oscilação dos preços no mercado. O programa compensa as perdas dos produtores com concessão de bônus.

O texto aprovado prevê ainda um salário mínimo pouco maior que o enviado pelo governo. Ele sairá dos atuais R\$ 465 para R\$ 510 no próximo ano - um reajuste nominal de 9,7%. Magela também reservou R\$ 3,5 bilhões para o aumento real das aposentadorias e pensões dos 8,3 milhões de beneficiários do INSS que ganham acima do mínimo.

Os detalhes das mudanças feitas na última hora pelo relator-geral ainda não são conhecidos, pelos menos os números finais. Nos próximos dias, os consultores de Orçamento da Câmara e do Senado farão as modificações oriundas do acordo, para envio da proposta à sanção. Só aí será possível saber o tamanho do orçamento federal para 2010, o volume das despesas primárias e dos investimentos públicos.

Caiado diz que margem alta de remanejamento de recursos do PAC poderia permitir obras "eleitoreiras"

Janary Júnior

O acordo para votação do Orçamento foi costurado no Plenário pelo relator-geral, deputado **Magela (PT-DF)**, e o líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, deputado **Gilmar Machado (PT-MG)**, com líderes da oposição.

A aprovação pôs fim a um impasse que começou por volta das 20h15, quando o líder do DEM na Câmara, deputado **Ronaldo Caiado (GO)**, fez um discurso durante a reunião da comissão condicionando a aprovação do parecer final à retirada de um dispositivo do texto da lei que permitia ao Executivo remanejar livremente até 30% do montante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem necessidade de autorização do Congresso Nacional.

A permissão deixava nas mãos do Executivo o poder de escolher o destino de quase R\$ 9 bilhões. "Isso dispensa o Congresso. O governo poderá fazer o que quiser e não podemos concordar com isso", disse Caiado.

O líder do DEM admitiu, durante os debates do Orçamento, que a posição do partido também foi motivada pelas eleições do próximo ano. "Não vamos deixar o governo com o poder de fazer obras 'eleitoreiras'. Certamente estamos de olho em 2010", afirmou Caiado. A deputada **Rose de**

Freitas (PMDB-ES), que acompanhou todo o debate na comissão, teve a mesma impressão. "Isso é uma prévia dos embates eleitorais de 2010", disse. Para ela, a falta de votação na Comissão de Orçamento trouxe frustração. "A primeira instância deixou de

cumprir o seu papel", avaliou.

Congresso - Para evitar que o texto não fosse aprovado nesta terça - o que faria o País começar o ano sem lei orçamentária -, o presidente da comissão, senador Almeida Lima (PMDB-SE), decidiu, pouco antes das 21 horas, remeter o projeto diretamente para o Plenário do Congresso, sem a votação na comissão.

A última vez que o projeto orçamentário não foi votado na comissão foi em 1993, quando o relator-geral, o então deputado Marcelo Barbieri (SP), não conseguiu entregar o parecer a tempo para deliberação no colegiado.

Defesa e críticas - Durante os debates, os parlamentares sucederam-se na defesa da aprovação do texto orçamentário ou da estratégia oposicionista. O líder do PR, deputado **Sandro Mabel (GO)**, fez um apelo à oposição para que a votação fosse realizada. "Dinheiro em caixa não vale nada. Dinheiro tem que servir à população", argumentou.

Já a oposição criticou o parecer de Magela, principalmente pelo número de emendas apresentadas por ele - 2.011 -, sendo que cerca de 300 foram de mudanças de valor em ações; o restante foi de ajuste técnico. "Percebemos muitas distorções. Não queremos participar da peça orçamentária tal como está", disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

O CENÁRIO FISCAL PARA 2010

Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 3,325 trilhões
Crescimento real do PIB*	5%
Superávit primário do setor público**	3,3% do PIB
Déficit nominal	0,13% do PIB
Dívida líquida do setor público (DLSP)	38,1% do PIB
Inflação (IPCA)	4,45%
Taxa Selic (média no ano)	9,69% a.a.
TJLP	6% a.a.
Taxa de câmbio (média no ano)	R\$ 1,72
Variação da massa salarial***	10,41%

* Tem impacto sobre a arrecadação da receita administrada

** Sem as empresas do grupo Petrobras

*** Tem impacto sobre a arrecadação do INSS

Congresso Nacional autoriza acréscimo de R\$ 10,6 bilhões ao Orçamento de 2009

Eduardo Piovesan

O Plenário do Congresso aprovou ontem cerca de R\$ 10,6 bilhões em créditos suplementares e especiais para o Orçamento de 2009. O dinheiro atenderá a diversos ministérios e empresas estatais e consta de 27 projetos de lei que serão enviados à sanção presidencial.

Individualmente, o maior deles liberou R\$ 4,9 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) usar em linhas de crédito de apoio à gestão ambiental. O dinheiro vem de empréstimo feito pelo governo brasileiro junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), no total de 2 bilhões de dólares. A autorização para a transferência do dinheiro está na Lei 11.943/09, oriunda da Medida Provisória 450/09.

Dinheiro na escola - Um dos projetos de maior valor entre os aprovados concedeu crédito



Os créditos suplementares aprovados ontem pelo Congresso atenderão a diversos ministérios e empresas estatais e constam de 27 projetos de lei que serão enviados à sanção presidencial

de R\$ 1,27 bilhão para os ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte. A área educacional fica com a maior parte (R\$ 1,23 bilhão), distribuída entre órgãos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e administração direta.

No FNDE, o crédito via-

bilizará a concessão de bolsas para equipes de alfabetização; a distribuição de materiais e livros didáticos; e o Programa Dinheiro Direto na Escola, direcionado à educação básica.

Pronasci - Foram concedidos R\$ 445 milhões aos ministérios da Justiça e da Defesa. A maior parte dos recursos (R\$ 299 milhões) caberá à administração direta do Ministério

da Justiça. Parte desse dinheiro deverá ser gasta na execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci) por meio do pagamento de bolsa-formação aos policiais militares e civis, agentes penitenciários, guardas municipais, bombeiros e peritos criminais.

Estatais - Outros R\$ 842,9 milhões foram concedidos a estatais para realocação em

programações dessas empresas. O mesmo projeto cancela R\$ 2,2 bilhões do Orçamento de Investimento.

Docas - Para as companhias Docas do Rio de Janeiro, da Bahia e do Rio Grande do Norte, foram aprovados créditos de R\$ 344 milhões para o aumento do capital da União nessas empresas.

De R\$ 420,9 milhões liberados para os ministérios do Planejamento e das Cidades, R\$ 278 milhões serão aplicados na política nacional de desenvolvimento urbano em ações de recuperação dos sistemas de trens urbanos de passageiros de Natal (RN), de Maceió (AL) e de João Pessoa (PB).

Pesquisa - O Ministério de Ciência e Tecnologia obteve R\$ 350 milhões para aumentar a concessão de créditos de longo prazo a empresas nacionais inovadoras com o objetivo de estimular a pesquisa e o desenvolvimento no âmbito da política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Bel Mesquita: cadastro único de desaparecidos tornará rastreamento mais eficaz

Maria Neves

A lei que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (12.127/09), sancionada na quinta-feira (17), tornará o rastreamento mais eficaz. A avaliação é da deputada **Bel Mesquita (PMDB-PA)**, autora do projeto que deu origem à lei.

A parlamentar, que também é presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, lembra que, até o momento, o trabalho de investigação dos desaparecimentos deixou patente que o Brasil não tem, em nenhum estado, dados confiáveis sobre o problema. "Há total insegurança quanto às estatísticas. Não se sabe quantos são os

desaparecidos, quantas pessoas foram encontradas ou as causas reais das fugas", explica. Sem informações, também não há como criar um sistema de busca, avalia a deputada.

De acordo com ela, como o desaparecimento não é crime, os agentes de segurança não acham que é seu dever buscar crianças que fogem de casa. Com a implantação do sistema, ela avalia que será possível ter indícios da origem do problema - fuga voluntária ou raptos, por exemplo.

Conflitos familiares - Estudos sobre a questão apresentados na CPI indicam que a principal causa dos desaparecimentos são conflitos familiares - cerca de 70% a 80% dos casos, de acordo com o coordenador da Rede Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos da Secretaria



Bel Mesquita

Especial de Direitos Humanos, Benedito Rodrigues dos Santos.

Já os desaparecimentos considerados "enigmáticos", quando a criança é raptada, respondem por aproximadamente 10% a 15% das estatísticas. Segundo ele, esses são os casos de solução mais difícil. Quando as crianças ou adolescentes são encontrados,

segundo ela, normalmente apresentam sinais de abuso.

Para Bel Mesquita, no entanto, não importam as causas. "O Estado tem de oferecer um

sistema de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que crianças e adolescentes são prioridade absoluta", ressalta.

Secretaria Especial de Direitos Humanos mantém dados desde 2002

Desde 2002, a Secretaria Especial de Direitos Humanos mantém um cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos. No banco de dados do órgão constam 1.247 casos registrados desde então, dos quais 725 solucionados.

No entanto, o coordenador da Rede Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, Benedito Rodrigues dos Santos, reconhece que o sistema de informações é precário. Cada estado coleta dados diferentes e os agentes públicos não realizam o cadastramento das informações.

Embora as estatísticas não sejam confiáveis, estima-se que apenas em São Paulo desapareçam cerca de 9 mil crianças e adolescentes por ano. No Brasil, o número chegaria a 40 mil. Esses dados foram apresentados à CPI pela coordenadora do projeto Caminho de Volta, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Gilka Jorge Figarro Gattas. O trabalho do grupo da USP consiste em estudar casos de desaparecimento no estado. (MN)